

Também gostaria de mostrar aqui, se a gente puder mostrar, o vídeo da campeã, a escola de samba Unidos dos Morros, que fez uma festa linda na avenida e homenageou a cidade de Peruíbe e ontem também teve muita comemoração.

\*\*\*
- É exibido o vídeo.

Nós estamos vendo imagens do desfile da Unidos dos Morros, uma festa linda. A tricampeã do Carnaval santista fez uma festa na avenida. Ontem teve comemoração lá na quadra e eu estava lá com o pessoal, porque eu fiquei muito feliz por ter desfilado também na Unidos dos Morros e ela ter sido a campeã do Carnaval santista. A gente também tem que dar os parabéns para a vice-campeã, a União Imperial, em que eu também tive o prazer de desfilar.

As duas escolas de samba em que eu desfilei em Santos foram campeã e vice-campeã, as duas estavam lindas na avenida. As duas tiveram a mesma pontuação e aí, no critério de desempate, a Unidos dos Morros foi a campeã. Parabéns a todos os envolvidos, porque foi uma festa linda. Todas as escolas estavam maravilhosas, e é isso que a gente tem que fazer, temos que agradecer quando podemos participar de uma festa tão bacana.

Para encerrar, então, mais uma vez, uma notícia triste. A gente quer um reforço do policiamento na Baixada Santista. Não aguentamos mais a morte de policiais na Baixada Santista.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLYCY - PT - Meus cumprimentos à deputada Solange Freitas. Também presto minha solidariedade à sua reivindicação de que possa haver ar-condicionado nos ônibus intermunicipais da Baixada Santista. Também cumprimento as escolas de samba que ontem desfilaram em Santos.

Agradeço se puder me substituir agora na Presidência.

\*\*\*
- Assume a Presidência a Sra. Solange Freitas.

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Continuando a lista de inscritos, deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Ferreira. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.)

Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Guto Zacarias. (Pausa.) Deputado Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.)

Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhora presidente, deputada Solange Freitas, eu gostaria, em primeiro lugar, de expressar os meus sentimentos e condolências à querida Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, uma vez que, infelizmente, na tarde de ontem, em Rio Branco, no Acre, o seu sobrinho-neto, Cauã Nascimento da Silva, de 19 anos, que estava no quarto quando a casa dele foi invadida no bairro Taquari. Infelizmente, ele foi alvejado e faleceu.

A ministra Marina Silva: "Com imenso pesar e dor, recebo a notícia de que meu sobrinho-neto, Cauã Nascimento da Silva, de 19 anos, foi assassinado". A Marina diz que ele foi vítima da criminalidade que destrói vidas de jovens em bairros periféricos do país. "Que Deus sustente e console a nossa família", concluiu.

Eu quero me somar ao presidente Lula e aos companheiros do Congresso Nacional que também prestaram condolências, o Randolfo Rodrigues, a Sâmia Bonfim, a Benedita da Silva e o próprio presidente Lula.

Gostaria de aqui assinalar que há uma reportagem hoje bastante interessante da UOL, em que fala do primeiro centro de saúde para pessoas trans em São Paulo e reporta o testemunho da Yhori Samines, que se espantou quando foi atendida por uma pessoa não binária em uma sessão de psicoterapia em um centro de saúde no bairro do Bom Retiro, em São Paulo.

Nos últimos três anos, ela, que também é não binária, passou por muitas frustrações até encontrar um profissional de saúde para atender as suas demandas. "Já tive, por exemplo", disse ela, "meu pronome desrespeitado durante uma coleta de sangue pela equipe de enfermagem. Infelizmente, também tem muito desperaço para atender a população trans, desde a recepção até o médico e o enfermeiro".

Outra dificuldade da jovem foi encontrar atendimento psicológico adequado. "Quando se fala em uma pessoa trans existem muitas questões que estão envolvidas diretamente com a saúde mental, e às vezes há profissionais que não entendem ou não sabem como lidar".

Há três meses, ela foi encaminhada ao Centro de Referência de Saúde Integral para a População de Travestis e Transexuais Janaina Lima, a primeira unidade de saúde pública especializada em pessoas trans, travestis e não binárias de São Paulo, que foi criada em janeiro de 2023. Esta unidade é batizada com o nome da primeira travesti a assumir a presidência do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual paulistano, a militante Janaina Lima, que morreu em 2021, aos 45 anos, após sofrer um infarto.

A Yhori foi encaminhada a um centro especializado por uma médica da família de uma UBS, Unidade Básica de Saúde, e disse: "Me encantei quando cheguei aqui, porque encontrei muito suporte para as minhas questões, desde as mais básicas, como consulta, até apoio a questões burocráticas, porque aqui também tem assistentes sociais que fazem contato direto com a nossa UBS de origem".

A assistente social Tânia Regina Correria de Souza, coordenadora da área da saúde integral da população LGBTQIA+ da Secretaria Municipal de Saúde, explica que o centro de Saúde foi criado para complementar o trabalho da Rede Sampa Trans, que reúne 44 unidades básicas de saúde, com profissionais capacitados para o atendimento a pessoas trans, travestis e não binárias.

Enfim, eu gostaria de ressaltar a Yhori, pelos 13 anos, para fazer cirurgia de redesignação sexual pelo SUS. Então é importante que exista agora esse centro de saúde especializado em receber pessoas trans.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Se houver o entendimento, então eu peço o levantamento da sessão.

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Havendo então acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Uma boa tarde a todos.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 36 minutos.

\*\*\*

## 8 DE FEVEREIRO DE 2024

Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS e CONTE LOPES
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Endossa o pronunciamento do deputado Simão Pedro sobre o fechamento de escolas no estado. Salienta a necessidade de um maior número de unidades educacionais no Vale do Ribeira.

4 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - REIS

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - CONTE LOPES

Assume a Presidência.

12 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - EDUARDO SUPLYCY

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - EDUARDO SUPLYCY

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE CONTE LOPES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 09/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

\*\*\*

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Helinho Zanatta. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Simão Pedrão, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Carlos Giannazi, queria cumprimentar também os deputados presentes aqui no plenário, deputado Suplicy, deputado Reis, Sras. e Srs. Funcionários, público que nos acompanha pelas redes sociais, pela TV Assembleia.

Estamos voltando a esta tribuna hoje depois do recesso. Eu queria, Sr. Presidente, falar aqui sobre o tema da Educação. O Governo do Estado está pretendendo aprovar aqui, na Assembleia, uma redução de dez bilhões do orçamento anual, ou seja, retirar 5% dos 30% hoje obrigatórios para investir em Educação.

Fora isso, querendo fazer uma série de medidas burocráticas, técnicas para enxugar o estado: passar escolas para o Município administrar, retirando corpo fora, para que a Secretaria se concentre, provavelmente, em negócios.

E ocorreu, Srs. Deputados, Sr. Presidente - V. Exa. que é um deputado que se dedica à Educação, certamente conhece o problema - , nesta semana uma grande manifestação na cidade Eldorado, lá no quilombo André Lopes, onde as treze comunidades quilombolas de Eldorado, mais as demais comunidades de Iporanga, com muita luta, conquistaram uma Escola Técnica Estadual, uma Etec, que funciona precariamente, está abandonada. O sistema Paula Souza faz que não tem demanda e assim por diante.

Mas, essa semana, reiniciando o ano letivo, as comunidades foram surpreendidas por uma decisão burocrática, autocrática da diretoria regional de ensino lá de Registro, de assunção do prédio da Etec para a Secretaria Estadual de Educação - as Etecs são de outra secretaria, é a secretaria de tecnologia, ensino técnico - e o fechamento da escola estadual, que eu vou citar aqui o nome.

É uma escola que também foi duramente conquistada, que funciona bem, atende as crianças da sexta série até o ensino médio, tem quase 180 alunos, é a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa. Pessoal chama carinhosamente a escola de Chules. Essa escola seria fechada, transferida para o Município, que pretende fechar as escolas municipais nas comunidades quilombolas, criando um transtorno, dificultando o acesso das crianças à educação, porque terão que pegar ônibus escolar, levantar muito mais cedo e chegar muito mais tarde em casa.

Mas, assim, o que eu considero um absurdo, essa manifestação chegou até os gabinetes aqui... É um absurdo, porque existe um protocolo de consulta, que é um protocolo do próprio Governo do Estado, que quando for se tomar uma decisão que afete a vida das comunidades quilombolas, tem que ter uma consulta prévia. Isso não aconteceu.

Eu liguei para o secretário de Educação, ele colocou o secretário executivo para nos atender hoje. Nós comparecemos lá na Secretaria de Educação agora na parte da manhã, fomos atendidos pelo secretário executivo, o Sr. Vinicius, e a equipe. Eles também se confessaram surpreendidos por essa decisão, dizendo que não tinham conhecimento.

E, felizmente, as lideranças, o Adilson, o Elson - lideranças importantes, que conhecem aquela luta, que foram alunos ali, que são lideranças jovens - eles expuseram essa situação, reivindicando uma abertura de diálogo, mas saímos dali com a decisão, o anúncio de que essa decisão está suspensa.

O ano letivo será feito inicialmente agora na Escola Chules, e marcamos um retorno no dia 26 próximo lá na comunidade, uma reunião com a Secretaria de Educação.

Também vamos conversar com a Sra. Laura Laganá, responsável pelo sistema Paula Souza, para que invista naquela Etec, que é uma conquista. Ali precisam de cursos técnicos, alunos que já completaram o Ensino Médio, que precisam trabalhar - está mudando muito - , novas oportunidades de trabalho.

Então aqui registrar os parabéns às comunidades quilombolas, às suas lideranças, pela manifestação, pela reunião de hoje. Agradecer o secretário executivo por ter se sensibilizado pelas reivindicações daquelas lideranças das comunidades, e dizer que aquilo ali é uma escola.

Ali as comunidades vivem, algumas, como Ivaporunduva, mais de 300 anos ali no Vale do Ribeira, e não merecem esse tratamento que tiveram. E a gente espera que esse decreto de transferência, fechamento da Etec, seja revogado e que a normalidade se estabeleça, o diálogo se estabeleça, para que as coisas se conduzam da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Simão Pedro. Todo nosso apoio à sua luta contra o fechamento de escolas em São Paulo, sobretudo na região do Vale do Ribeira, que é a região mais pobre do estado de São Paulo.

Lá nós precisamos é de mais escolas naquela região, mais Etecs e mais escolas do Ensino Fundamental, de Educação Infantil e do Ensino Médio, inclusive de facultades, de universidades públicas naquela região.

Com a palavra o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saudar o presidente, deputado Carlos Giannazi, saudar o público presente, os funcionários desta Casa, os integrantes das Polícias Civil, da Polícia Militar, Penal, Técnico-Científica, e todos aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Giannazi, eu quero repercutir o que aconteceu na manhã desta véspera do período de Carnaval, que foi a visita da Polícia Federal ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Ele aprontou tanto, que todo dia ele recebe uma visita da Polícia Federal.

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi alvo de operação da Polícia Federal deflagrada hoje, na investigação de uma tentativa de golpe de estado. A verdade está aparecendo. A operação “Tempus Veritatis”, ou tempo da verdade. A Polícia Federal esteve na casa de Bolsonaro, na Vila de Mambucaba, em Angra dos Reis, e aprendeu o celular do seu assessor, Tércio Arnaud Tomaz, que estava na casa junto com o Bolsonaro.

Também houve uma determinação para que Bolsonaro entregue em 24 horas o seu passaporte, que não estava em Angra dos Reis. Quer dizer que o Bolsonaro não pode mais sair do Brasil.

Quando fala para apreender o passaporte, é porque na investigação tem mais fatos, ainda que nós, o povo, desconhecamos, mas é uma medida cautelar. É uma medida preventiva, para que o réu não fuja, para que o réu não saia do país.

Bolsonaro também foi proibido de se comunicar com outras pessoas investigadas nesta operação. Essa proibição visa a proteção à integridade das provas. Então, eu proibo você de falar com os investigados, para que vocês não combinem determinadas falas, oitivas e destruição de provas, e esse conversar com as partes, ao qual a Justiça proibiu, pode levar inclusive à prisão dele. Então, ele tem que se ater a não descumprir essas medidas cautelares.

A suspeita é a de que uma organização criminoso atuou na tentativa de dar um golpe de Estado e para a abolição do Estado Democrático de Direito. A tentativa era a de impedir a posse de Lula e manter Bolsonaro no poder. A operação “Tempus Veritatis” foi embasada em informações coletadas na delação premiada de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

São 33 mandados de busca e apreensão e quatro mandados de prisão preventiva em dez estados e no Distrito Federal. E eu tomei conhecimento aqui pelo deputado Simão Pedro que o Valdemar da Costa Neto, conhecido como “boy”, também foi preso mas porque tinha armas sem documentação em sua casa. Esse negócio de ter armas é muito perigoso.

Quem tem arma tem que registrar ela. A cada período tem que ir lá na Polícia Federal e registrar a arma, renovar o registro. Tem umas regras para ter arma. Às vezes as pessoas pensam que é só comprar a arma e manter ela em casa. Se você não seguir as regras, você está lá no porte ilegal, você está infringindo o Estatuto do Desarmamento.

E aí, na hora que a polícia vai fazer, cumprir um mandato na sua casa, vai lá, faz uma revista, encontra uma arma que não está devidamente documentada, prisão. Foram presos também dois assessores de Bolsonaro: o coronel Marcelo Câmara e Filipe Martins. O coronel Câmara já vinha sendo investigado por envolvimento na fraude dos cartões de vacinação de Bolsonaro e de sua filha.

Nós tínhamos uma verdadeira quadrilha na Presidência da República, porque é falsificação de documento. É uma coisa de louco. Ex-ministros também são alvos dessa operação, tais como: general Augusto Heleno e o general Braga Netto.

O general Augusto Heleno era do Gabinete de Segurança Institucional e o Braga Netto era ministro da Casa Civil, Anderson Torres, da Justiça, e o ex-comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira.

Nogueira é acusado de ter comandado o ataque do Exército contra as urnas eletrônicas. Também estão na lista o almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha, o general Estevão Teófilo Gaspar, chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército no governo de Bolsonaro.

A operação também procura o assessor Rafael Martins, major das Forças Especiais do Exército, que deve ser preso. As investigações apontaram que o grupo se dividiu em núcleos com tarefas específicas para disseminar a fraude nas eleições presidenciais de 2022 para legitimar uma intervenção militar em dinâmica de milícia digital.

Ainda, segundo a Polícia Federal, num segundo momento, o grupo teria feito atos concretos para subsidiar a abolição do Estado Democrático de Direito através de um golpe de Estado com o apoio de militares, com emprego de táticas de forças especiais no ambiente politicamente sensível.

O grupo de Bolsonaro tentou cooptar tropas do Exército para impedir a posse de Lula, segundo a Polícia Federal. Um grupo de auxiliares de Bolsonaro teria tentado cooptar militares - o maior contingente de tropas do Exército - para impedir a posse de Lula e interferir no Poder Judiciário.

Esta é a conclusão do ministro, por tudo que ele está apurando, pelas oitivas e pela delação premiada de Mauro Cid, que o ministro Alexandre de Moraes na sua decisão ensinou a autorização da operação “Tempus Veritatis”.

De acordo com a investigação, foram realizadas reuniões com integrantes das Forças Armadas e civis. O objetivo era recrutar militares da ativa e da reserva do Exército especializados em operações especiais. Para tal, tentaram cooptar o Comando de Operações Terrestres do Exército, que reúne o maior contingente de tropas.

Então, Sr. Presidente, quero repercutir essa matéria, porque é de suma importância que o povo tome conhecimento do que aconteceu nesse período do Bolsonaro, no período pós-Bolsonaro, no dia 8 de janeiro, toda essa artimanha que foi engendrada por esse grupo em torno do Bolsonaro. E a verdade está aparecendo e mais pessoas serão presas e o Sr. Bolsonaro está proibido de sair do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra a deputada Andréa Werner. (Pausa.) Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra a deputada Carla Morando. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Eduardo Nóbrega. (Pausa.) Com a palavra o deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Márcia Lia. (Pausa.) Com a palavra o deputado Conte Lopes (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Dr. Elton. (Pausa.) Com a palavra o deputado Alex Madureira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente deputado Carlos Giannazi, Srs. Deputadas, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, de fato estamos vivendo um dia de revelação muito importante na história do Brasil

sobre a tentativa de o ex-presidente Jair Bolsonaro realizar um golpe de Estado. O ex-presidente Bolsonaro pediu e aprovou alterações na minuta do decreto que buscava implementar um golpe de estado, aponta investigação da Polícia Federal.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

\*\*\*

Ele recebeu cópia da minuta. De acordo com a Polícia Federal, as provas colhidas até o momento apontam que Bolsonaro recebeu o material de Filipe Martins, então assessor do presidente. Amauri Saad, advogado apontado como autor do texto. As informações estão na decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que autorizou prisões e buscas contra ex-ministros e integrantes do núcleo do ex-mandatário.

Segundo a Polícia Federal, a minuta detalhava as supostas interferências do Judiciário e decretava a prisão de diversas autoridades, como os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e até do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. No fim, seriam determinadas novas eleições.

Com o documento refeito em mãos, Bolsonaro aprovou as mudanças. Depois disso, o ex-presidente convocou uma reunião com representantes das Forças Armadas, o almirante Almir Garnier Santos, então comandante da Marinha, general Freire Gomes, do Exército, e o brigadeiro Baptista Júnior, da Aeronáutica.

Posteriormente, foram realizadas alterações a pedido do então presidente, permanecendo a determinação de prisão do ministro Alexandre de Moraes e a realização de novas eleições.

Nesse sentido, era relevante para os investigados monitorarem o ministro Alexandre de Moraes para executarem a pretendida ordem de prisão em caso de consumação do golpe de estado. Este é um trecho da representação da Polícia Federal citada na decisão de Moraes.

Os encontros teriam ocorrido em novembro de 2022, após as eleições daquele ano, na sede da campanha do PL. De acordo com a Polícia Federal, Martins teria feito as alterações pedidas por Bolsonaro, e retornou com documentos dias depois ao Palácio da Alvorada.

Após a apresentação da nova minuta modificada, Jair Bolsonaro teria concordado com os termos ajustados e convocado uma reunião com os comandantes das forças militares para apresentar a minuta e pressioná-los a aderirem ao golpe de estado.

Esse é outro trecho de representação da Polícia Federal citada na decisão de Moraes. A Polícia Federal identificou ainda uma equipe ligada ao ex-presidente que monitorou o Alexandre de Moraes. Os investigadores compararam os voos realizados pelo ministro em 14 e 31 de dezembro de 2022, com os dados feitos pelo grupo de Bolsonaro.

A análise dos dados confirmou que o ministro Alexandre de Moraes foi monitorado pelos investigados, demonstrando que os atos relacionados à tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito estavam em execução”, apontou a Polícia Federal.

O que disseram Bolsonaro e aliados? “Saí do governo há mais de um ano e sigo sofrendo uma perseguição implacável”, declarou o ex-presidente. A fala foi em uma ligação de WhatsApp por vídeo à coluna de Mônica Bergamo, na “Folha”. “Me esqueçam, já tem outro governando o País”, acrescentou. Como se o que ele realizou pudesse ser esquecido.

“Levaram meu telefone”. Ex-comandante da Marinha no governo Bolsonaro e um dos alvos da operação, o Almirante Almir Garnier Santos se manifestou em nota dizendo que teve o seu aparelho sequestrado e pedindo por orações. E ainda atribuiu a operação à situação política do País.

Bem, essa operação da Polícia Federal atinge, de fato, a Operação Tempus Veritatis, aqui também mencionada pelo deputado Reis. Ela verifica a suposta organização criminoso que tentou dar um golpe de Estado para manter Bolsonaro na Presidência.

E, obviamente, ele é um dos alvos da operação. Os agentes da Polícia Federal foram à sua casa em Angra dos Reis para recolher o passaporte, não acharam. Mas o passaporte agora já está recolhido.

Então, Sr. Presidente, temos uma situação de altíssima gravidade, que está sendo objeto da apuração da Polícia Federal e, obviamente, de todas as autoridades pertinentes da Justiça brasileira.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, seguindo na lista de oradores, no Pequeno Expediente, chamo para fazer uso da palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Oseias de Madureira. (Pausa.) Deputado Guto Zacarias. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Rafael Silva. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, chamo para fazer uso da palavra, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria informar a todos e a todas que, na data de hoje, nós protocolamos - o nosso mandato aqui na Assembleia Legislativa protocolou -, um pedido para a instalação de uma CPI para investigar o caos, a desorganização criminoso no processo de atribuição de aulas da rede estadual de ensino.

E também, Sr. Presidente, uma CPI para investigar a máfia das plataformas digitais da rede estadual de ensino. Plataformas que são compradas com o dinheiro da Educação, plataformas milionárias. Cada uma dessas plataformas custa 50 milhões, 70 milhões de reais. E esse processo de inscrição, de atribuição de aulas, em boa parte é feito também por essas plataformas. Então nós temos que investigar, Sr. Presidente.

Por que uma CPI? Porque a atual gestão Tarcísio/Feder - Feder, dono da Multilaser, agora o nome da empresa mudou, é Multi -, está destruindo a rede estadual de ensino. Esse processo de atribuição de aulas desorganizou toda a rede estadual de ensino com as imposições feitas, absurdas, Sr. Presidente.

Onde, por exemplo, professoras e professoras com experiência pedagógica, com tempo de trabalho na rede, professores que estão há dez, 15, 20, até 30 anos trabalhando na rede estadual, não conseguiram pegar aulas, porque os critérios foram modificados radicalmente no processo de atribuição de aulas, de tal forma que a nota de um concurso público está sendo utilizada para a escolha da atribuição de aulas.

Olhe o absurdo. A nota do concurso é para concurso público, Sr. Presidente. Mas são várias irregularidades, várias injustiças, vários erros que têm traumatizado o Magistério Estadual em todos os níveis.

Além, Sr. Presidente, da grande demissão em massa que houve já com a não renovação dos contratos e também com a falta de pagamento dos dias trabalhados dos professores categoria “O”, que não receberam até agora e não receberam também as férias.

Então é um caos absoluto em toda a rede, em todas as escolas, em todas as diretorias de ensino. Ontem mesmo eu estive em Bauru acompanhando a atribuição lá na Diretoria de Ensino de Bauru, que é responsável por mais de 20 municípios. É um caos, Sr. Presidente.

Isso tem que ser investigado, porque eu sempre cito a frase do Darcy Ribeiro, grande antropólogo, sociólogo, um grande intelectual brasileiro, que diz que a crise da Educação não é uma crise, é um projeto de destruição da Educação. É o que está acontecendo em São Paulo.

Então não é só incompetência, não é só irresponsabilidade, não é só leviandade da Secretaria da Educação, da Seduc. É um projeto, na verdade - isso é deliberado -, de destruição da rede estadual, que foi totalmente desorganizada.